

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Decreto do Presidente da República n.º 20/2002**

de 4 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Turquia sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado em Lisboa em 19 de Fevereiro de 2001, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 13 de Março de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 15 de Março de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 21/2002

de 4 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, aberta à assinatura no Panamá em 30 de Janeiro de 1975, aprovada, para adesão, pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 13 de Março de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 15 de Março de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 22/2002

de 4 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo Interno entre os Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, Relativo ao Financiamento e à Gestão da Ajuda Concedida pela Comunidade no Âmbito do Protocolo Financeiro do Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, por um lado, e a Comunidade Europeia e os Seus Estados-Membros, por outro, assinado em Cotonu, no Benim, em 23 de Junho de 2000, bem como à Concessão de Assistência Financeira aos Países e Territórios Ultramarinos aos Quais Se Aplica a Parte IV do Tratado CE, assinado em 18 de Setembro de 2000, em Bruxelas, aprovado,

para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 24/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 13 de Março de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 15 de Março de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 23/2002

de 4 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a República Helénica para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 2 de Dezembro de 1999, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 25/2002, em 20 de Dezembro de 2001.

Assinado em 13 de Março de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 15 de Março de 2002.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Declaração de Rectificação n.º 16/2002

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 46, de 23 de Fevereiro de 2002, o Decreto do Presidente da República n.º 5/2002, rectifica-se que onde se lê:

«Assinado em 14 de Fevereiro de 2002.
Publique-se.»

deve ler-se:

«Assinado em 11 de Fevereiro de 2002.
Publique-se.»

Secretaria-Geral da Presidência da República, 20 de Março de 2002. — Pelo Secretário-Geral, a Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, (*Assinatura ilegível*.)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 22/2002**

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Turquia sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado em Lisboa em 19 de Fevereiro de 2001.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Por-

tuguesa e a República da Turquia sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado em Lisboa em 19 Fevereiro de 2001, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa, turca e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA TURQUIA SOBRE A PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCAS DE INVESTIMENTOS.

A República Portuguesa e a República da Turquia adiante designadas como Partes Contratantes:

Animadas do desejo de intensificar a cooperação económica entre os dois Estados;

Desejando criar condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante na base da igualdade e do benefício mútuos;

Reconhecendo que o tratamento justo e equitativo dos investimentos é condição para a manutenção de uma estrutura estável propícia a esses investimentos e à máxima utilização efectiva dos recursos económicos;

Pretendendo concluir um Acordo relativo à promoção e protecção recíprocas dos investimentos,

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo:

1) O termo «investimentos» compreenderá toda a espécie de bens e direitos investidos por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, nos termos da legislação da última, incluindo em particular, mas não exclusivamente:

- a) Propriedade sobre móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais, tais como hipotecas, garantias, penhores e direitos análogos;
- b) Acções, quotas ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades;
- c) Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico;
- d) Direitos de propriedade intelectual tais como direitos de autor, patentes, desenhos industriais, marcas, processos técnicos, *know-how* e clientela (aviamento) e direitos análogos;
- e) Concessões conferidas por força de lei, nos termos de contrato ou acto administrativo, emanado por uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais.

Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afectará à sua qualificação como investimentos, desde que essa alte-

ração seja feita de acordo com a legislação da Parte Contratante em causa;

- 2) O termo «rendimentos» designará os proveitos gerados por investimentos, num determinado período, incluindo em particular, mas não exclusivamente, lucros, dividendos, juros, *royalties*, pagamentos por conta de assistência técnica ou outras formas de ganhos relacionados com os investimentos. Caso os rendimentos de investimentos, na definição que acima lhes é dada, venham a ser reinvestidos, os rendimentos resultantes desse reinvestimento serão havidos também como rendimentos do primeiro investimento;
- 3) O termo «investidores» designa:
 - a) Pessoas singulares, com a nacionalidade de qualquer uma das Partes Contratantes, nos termos da respectiva legislação; e
 - b) Pessoas colectivas, incluindo empresas, sociedades comerciais ou outras sociedades ou associações que tenham sede no território de uma das Partes Contratantes ou estejam constituídas de acordo com a legislação dessa Parte Contratante.
- 4) O termo «território» compreenderá o território, o respectivo mar territorial, bem como as zonas marítimas sobre as quais exerçam jurisdição para efeitos de investigação, exploração, conservação e administração dos recursos naturais, de acordo com o direito internacional.

Artigo 2.º

Promoção e protecção dos investimentos

1 — Ambas as Partes Contratantes promoverão e encorajarão, na medida do possível, a realização de investimentos por investidores da outra Parte Contratante, no seu território, admitindo tais investimentos de acordo com a respectiva legislação, de forma não menos favorável do que a concedida, em situações similares, aos investimentos de investidores de terceiros Estados. Em qualquer caso, concederão aos investimentos tratamento justo e equitativo.

2 — Os investimentos realizados por investidores de qualquer uma das Partes Contratantes gozarão de plena protecção e segurança no território da outra Parte Contratante.

3 — Nenhuma das Partes Contratantes sujeitará a gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território por investidores de outra Parte Contratante a medidas injustificadas, arbitrarias ou de carácter discriminatório.

Artigo 3.º

Tratamento dos investimentos

1 — Os investimentos realizados por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, assim como os rendimentos deles resultantes, serão objecto de tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido pela última Parte Contratante aos investimentos e rendimentos dos seus próprios investidores ou de investidores de terceiros Estados.

2 — Ambas as Partes Contratantes concederão aos investidores da outra Parte Contratante, no que respeita à gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados, no seu território, um tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados.

3 — Cada Parte Contratante, de acordo com a respectiva legislação interna aplicável à entrada, permanência e emprego de estrangeiros, examinará de boa fé os pedidos dos investidores da outra Parte Contratante, relativamente à entrada e estada no seu território para a realização de investimentos e de actividades relacionadas com os investimentos.

Artigo 4.º

Excepções

As disposições dos artigos 2.º e 3.º não implicam a concessão de tratamento de preferência ou privilégio por uma das Partes Contratantes a investidores da outra Parte Contratante que possa ser outorgado em virtude de:

- a) Participação em zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercados comuns existentes ou a criar e em outros acordos internacionais similares, incluindo outras formas de cooperação económica, a que qualquer das Partes Contratantes tenha aderido ou venha a aderir; e
- b) Acordos internacionais de natureza total ou parcialmente fiscal.

Artigo 5.º

Expropriação

1 — Os investimentos efectuados por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante não poderão ser expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização (adiante designadas como «expropriação»), excepto por força da lei, no interesse público, sem carácter discriminatório e mediante pronta, efectiva e adequada indemnização.

2 — A indemnização deverá corresponder ao valor de mercado que os investimentos expropriados tinham ao momento em que a expropriação tenha ocorrido ou à data imediatamente anterior ao momento em que a expropriação se tornar do conhecimento público, contando, para o efeito, a primeira das datas. A indemnização deverá ser paga sem demora, vencendo juros até à data da sua liquidação.

3 — O investidor cujos investimentos tenham sido expropriados terá o direito, de acordo com a legislação da Parte Contratante no território da qual os bens tiverem sido expropriados, à pronta revisão do seu caso, em processo judicial ou outro e à avaliação dos seus investimentos, de acordo com os princípios definidos neste artigo.

Artigo 6.º

Compensação por perdas

Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas nos investimentos realizados no território da outra Parte Contratante em virtude de guerra ou conflitos armados, estado de emergência nacional ou outros eventos considerados equivalentes,

receberão dessa Parte Contratante tratamento não menos favorável do que o concedido aos investimentos dos seus próprios investidores ou aos investimentos de investidores de terceiros Estados, consoante o que for mais favorável, no que diz respeito a qualquer medida adoptada relativamente a essas perdas.

Artigo 7.º

Transferências

1 — Cada Parte Contratante garantirá que todos os pagamentos relacionados com os investimentos realizados no seu território por investidores da outra Parte Contratante, serão livremente transferíveis, na entrada e saída do seu território, sem demora. Estas transferências incluem, em particular, mas não exclusivamente:

- a) Do capital e das importâncias adicionais necessárias à manutenção ou ampliação dos investimentos;
- b) Dos rendimentos definidos no n.º 2 do artigo 1.º deste Acordo;
- c) Das importâncias necessárias para o serviço e reembolso de empréstimos, relacionados com os investimentos;
- d) Do produto resultante da alienação ou da liquidação total ou parcial dos investimentos;
- e) Das indemnizações ou outros pagamentos previstos nos artigos 5.º e 6.º deste Acordo;
- f) De quaisquer pagamentos efectuados de acordo com o artigo 8.º do presente Acordo;
- g) Dos salários, retribuições ou outras remunerações dos nacionais, de uma Parte Contratante, autorizados a trabalhar, em conexão com o investimento, no território da outra Parte Contratante;
- h) Dos pagamentos resultantes de um litígio sobre investimento.

2 — As transferências referidas neste artigo serão efectuadas à taxa de câmbio aplicável na data de transferência, em moeda convertível.

Artigo 8.º

Sub-rogação

1 — No caso de uma das Partes Contratantes ou a agência por ela designada efectuar pagamentos a um dos seus investidores em virtude de uma garantia prestada, sobre riscos não comerciais, a um investimento realizado no território da outra Parte Contratante, ficará por esse facto sub-rogada nos direitos desse investidor, podendo exercê-los nos mesmos termos e condições que o titular originário.

2 — Os diferendos que surjam entre uma Parte Contratante e um segurador serão resolvidos de acordo com as disposições do artigo 10.º deste Acordo.

Artigo 9.º

Diferendos entre as Partes Contratantes

1 — Os diferendos que surjam entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo serão, na medida do possível, resolvidos através de negociações, por via diplomática.

2 — Se as Partes Contratantes não chegarem a acordo no prazo de seis meses após o início das negociações,

o diferendo será submetido, a pedido de qualquer das Partes Contratantes, a um tribunal arbitral, nos termos do presente artigo.

3 — O Tribunal Arbitral será constituído *ad hoc*, do seguinte modo: cada Parte Contratante designará um membro e ambos os membros proporão um nacional de um terceiro Estado, com o qual ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas, como presidente que será nomeado pelas duas Partes Contratantes. Os membros serão nomeados no prazo de dois meses e o presidente no prazo de três meses a contar da data em que uma das Partes Contratantes tiver comunicado à outra a intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral.

4 — Se os prazos fixados no n.º 3 do presente artigo não forem observados, qualquer das Partes Contratantes poderá, na falta de outro acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações. Se o Presidente estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao Vice-Presidente.

Se o Vice-Presidente também for nacional de uma das Partes Contratantes, ou estiver impedido por outra razão, as nomeações caberão ao membro do Tribunal que se siga na hierarquia, desde que esse membro não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes.

5 — O tribunal terá três meses a contar da data de selecção do presidente para definir as regras de processo, em conformidade com as outras disposições do Acordo. Na falta de acordo, o tribunal solicitará ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça para definir as regras de processo, tomando em consideração as regras, geralmente reconhecidas, de processo internacional arbitral.

6 — Salvo acordo em contrário, todas as alegações serão realizadas e todas as audiências serão concluídas no prazo de oito meses a contar da data de selecção do terceiro árbitro, e o tribunal deverá tomar a sua decisão no prazo de dois meses após a data das alegações finais ou da data de fecho das audiências, conforme a que ocorra mais tarde.

7 — O Tribunal Arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão definitivas e vinculativas para ambas as Partes Contratantes. A cada Parte Contratante caberá suportar as despesas do respectivo membro, bem como da respectiva representação no processo perante o Tribunal Arbitral. Ambas as Partes Contratantes suportarão em partes iguais as despesas do presidente, bem como as demais despesas. O Tribunal Arbitral poderá adoptar um regulamento diferente quanto às despesas.

Artigo 10.º

Diferendos entre uma Parte Contratante e um investidor da outra Parte Contratante

1 — Os diferendos entre um investidor de uma das Partes Contratantes e a outra Parte Contratante relacionados com um investimento desse investidor no território da outra Parte Contratante serão notificados, por escrito, pelo Investidor à Parte Contratante receptora do investimento e serão, quando possível, resolvidos de forma amigável através de negociações.

2 — Se os diferendos não puderem ser resolvidos no prazo de seis meses contados da data em que uma das partes litigantes o tiver suscitado, o investidor poderá submeter o diferendo:

- a) À decisão dos tribunais competentes da Parte Contratante; ou

- b) Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos (CIRDI), para conciliação ou arbitragem, nos termos da Convenção para a Resolução de Diferendos entre Estados e Nacionais de outros Estados, celebrada em Washington, D. C., em 18 de Março de 1965;

- c) A um tribunal arbitral *ad hoc*, estabelecido de acordo com as regras processuais de arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (CNUDCI);

desde que, se o investidor tiver submetido o diferendo aos tribunais judiciais da Parte Contratante que é parte no diferendo, a sentença não tenha sido proferida no prazo de um ano.

3 — Nenhuma das Partes Contratantes poderá recorrer à via diplomática para as matérias relativas à arbitragem ou invocar para essas mesmas matérias o processo de resolução de conflitos definido no artigo 9.º, até que fiquem concluídos os procedimentos ou que uma Parte Contratante não tenha cumprido a sentença.

4 — A arbitragem deverá basear-se:

- a) Nas disposições deste Acordo;
- b) Na legislação nacional da Parte Contratante no território da qual foi realizado o investimento, incluindo as regras relativas aos conflitos de leis.

5 — A sentença será vinculativa de acordo com a lei interna da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento em causa.

Artigo 11.º

Aplicação de outras regras

Se as disposições da lei interna de uma das Partes Contratantes ou as obrigações emergentes do direito internacional em vigor ou que venha a vigorar entre as duas Partes Contratantes, para além do presente Acordo, estabelecerem um regime, geral ou especial, que confira aos investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante um tratamento mais favorável do que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

Artigo 12.º

Aplicação do Acordo

O presente Acordo aplicar-se-á a todos os investimentos realizados por investidores de uma das Partes Contratantes, no território da outra Parte Contratante, em conformidade com as respectivas disposições legais, antes e após a sua entrada em vigor.

Artigo 13.º

Consultas

Os representantes das Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, realizar consultas sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação deste Acordo. Estas consultas serão realizadas sob proposta de qualquer das Partes Contratantes, em lugar e data a acordar por via diplomática.

Artigo 14.º

Entrada em vigor e duração

1 — Este Acordo entrará em vigor 30 dias após a data em que ambas as Partes Contratantes tiverem notificado uma à outra, por escrito, do cumprimento dos respectivos procedimentos constitucionais internos.

2 — Este Acordo permanecerá em vigor por um período de 10 anos que será prorrogável por iguais períodos, excepto se 12 meses antes da data da sua expiração qualquer das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, da sua intenção de denunciar o Acordo.

3 — Relativamente aos investimentos já realizados antes do término do Acordo, as disposições dos artigos 1.º a 13.º continuarão em vigor por mais um período de 10 anos a partir da data de denúncia do presente Acordo.

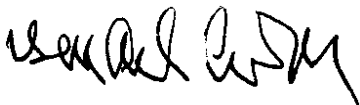
Em testemunho do qual os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Acordo.

Feito em duplicado em Lisboa, no dia 19 do mês de Fevereiro do ano de 2001, em língua portuguesa, turca e inglesa, ambos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão inglesa.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Turquia:


PROTOCOLO

Por ocasião da assinatura do Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre a República Portuguesa e a República da Turquia os plenipotenciários abaixo assinados acordaram ainda nas seguintes disposições, que constituem parte integrante de referido Acordo:

1 — Com referência ao artigo 2.º do presente Acordo

As disposições do artigo 2.º do presente Acordo aplicam-se quanto aos investidores de qualquer das Partes Contratantes que já estejam estabelecidos no território da outra Parte Contratante e pretendam ampliar as suas actividades ou estabelecer-se noutros sectores.

Tais deverão ser considerados como novos investimentos e, para esse efeito, realizados de acordo com as regras que regulam a admissão dos investimentos, nos termos do artigo 2.º do presente Acordo.

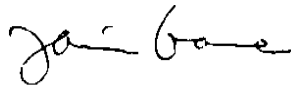
2 — Com respeito ao artigo 3.º do presente Acordo

As Partes Contratantes consideram que as disposições do artigo 3.º do presente Acordo não prejudicam o direito de qualquer das Partes Contratantes aplicar as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam, nos termos da respectiva legislação, uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em

idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o capital é investido.

Feito em duplicado, em Lisboa, no dia 19 do mês de Fevereiro do ano de 2001, em língua portuguesa, turca e inglesa, ambos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão inglesa.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Turquia:


PORTEKİZ CUMHURİYETİ VE TÜRKİYE CUMHURİYETİ ARASINDA YATIRIMLARIN KARŞILIKLI TEŞVİKİ VE KORUNMASINA İLİŞKİN ANLAŞMA.

Bundan sonra «Akit Taraflar» olarak anılacak olan Portekiz Cumhuriyeti ve Türkiye Cumhuriyeti:

İki Devlet arasındaki ekonomik işbirliğini artırma arzusu ile;

Eşitlik ve karşılıklı fayda temelinde bir Akit Tarafın yatırımcılarınca diğer Akit Tarafın ülkesinde yapılmış yatırımları teşvik etmeyi ve bu yatırımlar için olumlu koşullar yaratmayı niyet ederek;

İstikrarlı bir yatırım ortamı meydana getirmek ve ekonomik kaynakların en etkin biçimde kullanılmasını sağlamak üzere, yatırımların adil ve eşit muameleye tabi tutulmasının gerektiği hususunda mutabık kalarak;

Yatırımların teşviki ve karşılıklı korunması ile ilgili bir anlaşma yapılması kararıyla;

şağıdaki şekilde anlaşmaya varmışlardır:

Madde 1**Tanımlar**

İşbu Anlaşmada:

1) «Yatırım» terimi, ev sahibi Akit Tarafın kanun ve nizamlarına uygun olarak, bir Akit Tarafın yatırımcılarınca diğer Akit Tarafın ülkesinde yatırılmış her türlü malvalığı ve bunlarla kısıtlı olmamak koşuluyla, özellikle aşağıdakileri içerir:

- Taşınır ve taşınmaz mallar, aynı zamanda ipotek, tedbir, rehin ve diğer benzer haklar gibi diğer aynı haklar;
- Hisse senetleri, sermaye hisseleri ya da şirketlere iştirakin diğer şekilleri;
- Para alacakları veya mali değeri haklar;
- Telif hakları, patentler, sınai tasarımlar, ticari markalar, teknik prosesler, know-how ve peştemaliye gibi fikri mülkiyet hakları ve diğer benzer haklar;
- Doğal kaynakların aranması, araştırılması ve işletilmesi ile ilgili imtiyazları da

içerecek şekilde, kanun, bir sözleşme veya yetkili bir devlet otoritesinin bir idari kararı kapsamında verilmiş imtiyazlar;

Varlıkların yatırılma biçimdeki herhangi bir değişiklik, bu gibi bir değişikliğin ilgili Akit Tarafın kanun ve nizamlarına aykırı olmamak koşuluyla, bunların yatırım olarak nitelendirilmesini etkilemez;

- 2) «Gelirler» terimi, belirli bir sürede yatırımlardan elde edilen, bunlarla kısıtlı olmamak kaydıyla; özellikle karlar, temettüer, faizler, royaltiler, teknik yardım bedelleri veya yatırımlarla ilgili gelirlerin diğer biçimlerini ifade eder. Yukarıda tanımlandığı şekilde, yatırımlardan kaynaklanan gelirlerin tekrar yatırıldığı durumlarda, tekrar yatırımdan kaynaklanan gelirler de ilk yatırımlarla ilgili gelirler olarak kabul edilecektir;
- 3) «Yatırımcı» terimi:
 - a) Kanunlarına uygun olarak, Akit Taraflardan her birinin vatandaşlığını haiz gerçek kişileri ve;
 - b) Merkez büroları Akit Taraflardan birinin ülkesinde bulunan ve bu Akit Tarafın kanunlarına uygun olarak teşekkül etmiş veya kurulmuş şirketleri, ticari firmaları veya diğer şirketler veya ortaklıkları da içerecek şekilde tüzel kişileri ifade eder;
- 4) «Ülke» terimi; kara ülkesini, karasularını aynı zamanda, uluslararası hukuka uygun olarak, doğal kaynakların araştırılması, işletilmesi, korunması ve yönetilmesi amacıyla üzerinde yararlanılmasına hakkına sahip oldukları deniz alanlarını ifade eder.

Madde 2

Yatırımların Teşviki ve Korunması

1 — Her bir Akit Taraf diğer Akit Tarafın yatırımcılarınınca ülkesinde Yapılmış yatırımları mümkün olduğunca teşvik edecek ve bu gibi yatırımları herhangi üçüncü bir ülke yatırımcılarının yatırımlarına benzer durumlarda tanıdığından daha az elverişli olmayacak bir şekilde, kanun ve nizamlarına uygun olarak ülkesine kabul edecektir. Söz konusu Akit Taraf bu gibi yatırımlara her halde adil ve eşit muamele tanıyacaktır.

2 — Akit Taraflardan herbirinin yatırımcılarının yatırımları diğer Akit Tarafın ülkesinde tam koruma ve güvenliğe sahip olacaktır.

Her bir Akit Taraf diğer Akit Tarafın yatırımcılarının ülkesindeki yatırımlarının yönetimine, sürdürülmesine, kullanımına, yararlanılmasına veya elden çıkarılmasına makul olmayan, keyfi veya ayrımcı herhangi bir volla engel olmayacaktır.

Madde 3

Yatırımlara Uygulanacak Muamele

1 — Bir Akit Tarafın yatırımcılarınınca diğer Akit Tarafın ülkesinde gerçekleştirilen yatırımlara, aynı zamanda bunlardan kaynaklanan gelirlere, adil, eşit ve sonraki Akit Tarafın kendi yatırımcılarının veya herhangi bir üçüncü devlet yatırımcılarının yatırımlarına ve gelirlerine uyguladığından daha az elverişli olmayan bir muamele uygulanacaktır.

2 — Bir Akit Tarafın yatırımcılarına, diğer Akit Tarafça, yatırımlarının yönetimi, sürdürülmesi, kulla-

nımı, yararlanılması veya elden çıkarılması ile ilgili olarak sonraki Akit Tarafın kendi yatırımcılarına veya herhangi bir üçüncü devletin yatırımcılarına uyguladığından daha az elverişli olmayan bir muamele uygulanacaktır.

3 — Akit Tarafların yabancıların girişi, ikameti ve çalışması ile ilgili kanun ve nizamlarına tabi olarak, her bir Akit Taraf diğer Akit Tarafın yatırımcılarının yatırım maksadıyla ve yatırımlarıyla ilgili faaliyetler için ülkesine girişi ve kalması ile ilgili taleplerini iyi niyetle inceleyecektir.

Madde 4

İstisnalar

Madde 2 ve 3'ün hükümleri bir Akit Tarafın aşağıda belirtilenlerden dolayı tanımış olabileceği herhangi bir muamèle, tercih veya ayrıcalığın faydalarını diğer Akit Tarafın yatırımcılarına da tanımakla yükümlü olduğu şekilde yorumlanmayacaktır.

- a) Halihazırda yapılmış ya da gelecekte yapılacak serbest ticaret bölgesi, gümrük birliği, ortak pazar veya Akit Taraflardan birinin taraf olduğu veya olabileceği diğer bölgesel ekonomik işbirliği biçimlerini de içermek üzere benzer nitelikte uluslararası anlaşmalar;
- b) Tamamen veya esas olarak vergilendirmeye ilişkin olan herhangi bir uluslararası anlaşma.

Madde 5

Kamulaştırma

1 — Akit Taraflardan birinin yatırımcılarınınca diğer Akit Tarafın ülkesinde gerçekleştirilen yatırımlar, yürürlükteki hukuk çerçevesinde, kamu yararı amacıyla, ayrımcı olmayacak biçimde ve zamanında, yeterli ve etkin tazminat ödeyerek yapılanların dışında, kamulaştırmayacak, devletleştirilmeyecek veya kamulaştırma veya devleştirmeye (bundan sonra kamulaştırma olarak anılacaktır) benzer etkiler yaratan uygulamalara maruz bırakılmayacaktır.

2 — Bu gibi bir tazminat, kamulaştırılan yatırımın, hangisi önce ise, kamulaştırılma tarihindeki veya kamulaştırmanın öğrenilmesinden hemen önceki piyasa değerine eşit olacaktır. Tazminat gecikmesiz olarak ödenecek ve ödeme tarihine kadar faiz içerecektir.

3 — Yatırımları kamulaştırılan yatırımcı, kamulaştırmayı gerçekleştiren Akit Tarafın hukuku kapsamında davasının ve işbu Madde'de ortaya konulan prensiplere uygun olarak yatırımının değerinin tespiti konusunun bu Akit Tarafın adli veya diğer yetkili mercilerince hızlı bir şekilde gözden geçirilmesi hakkına sahip olacaktır.

Madde 6

Kayıpların Tazmini

Yatırımları; savaş veya silahlı çatışma, olağanüstü hal veya diğer benzer olaylar nedeniyle diğer Akit Tarafın ülkesinde zarara uğrayan Akit Taraflardan birinin yatırımcıları, bu Akit Tarafça, bu Akit Tarafın, söz konusu zararların karşılanması bakımından, kendi yatırımcılarına ya da herhangi bir üçüncü ülke yatırımcılarına gösterdiği muameleden hangisi daha elverişli ise, daha az elverişli olmamak kaydıyla, o muameleye tabi tutulacaktır.

Madde 7**Transferler**

1 — Her bir Akit Taraf, diğer Akit Tarafın bir yatırımcısının ülkesindeki bir yatırımıyla ilgili bütün ödemelerin kendi ülkesinden içeriye ve dışarıya gecikme olmaksızın serbestçe transfer edilebilmesini garanti edecektir. Bu gibi transferler, bunlarla kısıtlı olmamak koşuluyla, özellikle aşağıdakileri içerir:

- a) Sermaye ve yatırımları sürdürmek veya arttırmak için gerekli ek meblağlar;
- b) İşbu Anlaşmanın 1'inci Maddesinin 2'inci Paragrafında Tanımlanmış gelirler;
- c) Kullanımdaki fonlar ve yatırımlar ile ilgili kredilerin geri ödemesi;
- d) Bir yatırımın satışından veya tamamının veya bir kısmının tasfiyesinden elde edilen meblağlar;
- e) İşbu Anlaşmanın 5'inci ve 6'ıncı Maddelerinde sözü edilen herhangi bir tazminat veya diğer ödeme; veya;
- f) İşbu Anlaşmanın 8'inci Maddesine uygun olarak yapılmış ödemeler;
- g) Diğer Akit Tarafın ülkesinde, bir yatırım ile ilgili uygun çalışma izinlerini almış olan bir Akit Tarafın vatandaşlarının aldıkları maaş, ücret ve diğer gelirleri;
- h) Bir yatırım uyuşmazlığından kaynaklanan ödemeler.

2 — İşbu Maddede sözü edilen transferler, transferin yapıldığı tarihte geçerli olan döviz kuru üzerinden konvertibl para birimiyle yapılacaktır.

Madde 8**Halefiyet**

1 — Eğer Akit Taraflardan biri veya yetkili ajansı diğer Akit Tarafın ülkesinde yapılmış bir yatırım ile ilgili olarak ticari olmayan riskleri kapsayan bir garantinin sonucu olarak yatırımcılarından birine herhangi bir ödeme yaparsa, önceki Akit Taraf bu yatırımcının haklarına halef olacaktır ve bu hakları gerçek sahibi gibi aynı şart ve koşullara göre kullanacaktır.

2 — Bir Akit Taraf ile sigortalayan arasındaki uyuşmazlıklar, işbu Anlaşmanın 10'uncu Maddesi hükümleri uyarınca çözümlenecektir.

Madde 9**Akit Taraflar Arasındaki Uyuşmazlıkların Çözümü**

1 — İşbu Anlaşmanın yorumu veya uygulaması ile ilgili Akit Taraflar arasındaki uyuşmazlıklar mümkün olduğunca diplomatik yollar vasıtasıyla gerçekleştirilecek müzakereler ile çözümlenmelidir.

2 — Eğer Akit Taraflar görüşmelerin başlamasından sonra altı ay içinde bu gibi bir çözüme varamazlarsa, uyuşmazlık herhangi bir Akit Tarafın talebi üzerine, işbu Maddenin hükümlerine uygun olacak şekilde kurulmuş bir tahkim heyetine sunulabilir.

3 — Tahkim Heyeti her bir vaka için şu şekilde oluşturulacaktır: Akit Taraflardan her biri bir hakem tayin edecek ve bu iki hakem, her iki Akit Tarafın diplomatik ilişkilerinin bulunduğu üçüncü bir Devletin bir vatandaşını, her iki Akit Taraf tarafından başkan olarak atanmak üzere teklif edecektir. Hakemler iki ay içinde tayin edilecek ve Akit Taraflardan birinin diğerine söz konusu

uyuşmazlığı bir tahkim heyetine sunmak istediğini bildirdiği tarihten itibaren üç ay içinde başkan tayin edilecektir.

4 — Eğer işbu Madde'nin 3'üncü Paragrafında belirtilen süreler uyulmazsa, her bir Akit Taraf, herhangi bir diğer anlaşmanın yokluğunda, Uluslararası Adalet Divanı Başkanını gerekli atamaları yapmaya davet edebilir. Eğer Başkan görevini yerine getirmekten alıko-nursa, veya Akit Taraflardan birinin vatandaşı ise, Başkan Yardımcısı gerekli atamaları yapmaya davet edilecektir.

Eğer Başkan Yardımcısı da Akit Taraflardan birinin vatandaşı ise veya herhangi bir diğer sebep yüzünden söz konusu atamaları yapması engelleniyorsa, atamalar Divanın Akit Taraflardan birinin vatandaşı olmayan bir sonraki kıdemli üyesi tarafından yapılacaktır.

5 — Tahkim Heyeti, Heyet Başkanının seçildiği tarihten itibaren üç ay içinde, işbu Anlaşmanın diğer maddeleriyle tutarlı olacak şekilde usul kuralları üzerinde anlaşmaya varacaktır. Böyle bir anlaşmanın olmaması halinde, Tahkim Heyeti, genel kabul görmüş uluslararası tahkim usulü kurallarını dikkate alarak usul kurallarını tayin etmesini Uluslararası Adalet Divanı Başkanından talep edecektir.

6 — Aksi kararlaştırılmadıkça, üçüncü hakemin seçildiği tarihten itibaren sekiz ay içinde, bütün beyanlar yapılacak, bütün duruşmalar tamamlanacak ve Tahkim Heyeti, hangisi daha sonra gerçekleşirse, son beyanlardan veya duruşmaların bittiği tarihten sonra iki ay içinde karara varacaktır.

7 — Tahkim Heyeti oy çokluğuna göre hüküm verecektir. Heyetin kararları her iki Akit Taraf üzerinde nihai ve bağlayıcı olacaktır. Her bir Akit Taraf kendi üyesinin ve tahkim işlemleri sırasındaki temsilinin masraflarından sorumlu olacaktır. Her iki Akit Taraf diğer harcamaların yanında Başkanın harcamalarını da eşit olarak paylaşacaklardır. Tahkim Heyeti giderler ile ilgili farklı bir karar alabilir.

Madde 10**Bir Akit Taraf ile Diğer Akit Tarafın Yatırımcısı Arasındaki Uyuşmazlıkların Çözümü**

1 — Akit Taraflardan biri ile diğer Akit Tarafın bir yatırımcısı arasındaki, bu yatırımcının ilk Akit Tarafın ülkesindeki bir yatırımı ile ilgili çıkabilecek herhangi bir uyuşmazlık yatırımcı tarafından yazılı olarak bu Akit Tarafa bildirilecek ve uyuşmazlık mümkün olduğunca görüşmeler yoluyla dostça çözümlenecektir.

2 — Eğer bu gibi bir uyuşmazlık, çözüm için talep tarihinden itibaren altı aylık bir süre içinde çözümlenemezse; ilgili yatırımcı, uyuşmazlığı:

- a) Akit Tarafların karar için yetkili mahkemele-rine; veya
- b) 18 Mart 1965 tarihinde Washington D. C.'de imzaya açılan Devletler ile Diğer Devletlerin Vatandaşları Arasındaki Yatırım Uyuşmazlıklarının Çözümü Sözleşmesi ile kurulmuş olan uzlaştırma veya tahkim için Yatırım Uyuşmazlıklarının Çözümü için Uluslararası Merkezine (ICSID);
- c) Birleşmiş Milletler Uluslararası Ticaret Hukuku Komisyonu'nun Tahkim Kuralları usulüne göre bu maksatla kurulacak bir tahkim mahkemesine; sunabilir.

Şu şartla ki; ilgili yatırımcı, uyuşmazlığı, uyuşmazlığa taraf olan Akit Tarafın adli mahkemelerine sunmuşsa, bir yıl içinde nihai kararın alınmamış olması gerekir.

3 — Hiç bir Akit Taraf tahkime sunulmuş herhangi bir sorunu dava sonuçlanana veya bir Akit Tarafın karara uymamasına kadar diplomatik yollar vasıtasıyla izlemeyecek veya aynı sorunu Madde 9'da tanımlandığı şekilde uyuşmazlıkların çözümü usulüne sunmayacaktır.

4 — Tahkim:

- İşbu Anlaşmanın hükümlerine;
- Kanunlar ihtilafı ile ilgili kuralları da içermek üzere, ülkesinde yatırım yapılan Akit Tarafın ulusal ve nizamlarına dayanacaktır.

5 — Tahkim kararı ülkesinde sorunlu yatırımın yerleşik olduğu Akit Tarafın iç hukukuna uygun olarak yürütülebilir olacaktır.

Madde 11

Diğer Kuralların Uygulanması

Eğer Akit Taraflardan birinin hukuk kuralları veya uluslararası hukuk kapsamında şu anda mevcut bulunan veya bu Anlaşmaya ek olarak bundan sonra Akit Taraflar arasında tesis edilen yükümlülükler diğer Akit Tarafın yatırımcılarının yatırımlarına işbu Anlaşma ile sağlanandan daha elverişli genel veya özel bir muamele sağlayan bir düzenleme içeriyorsa, bu gibi hükümler daha lehte oldukları ölçüye kadar işbu Anlaşmaya üstün gelirler.

Madde 12

Anlaşmanın Uygulanması

İşbu Anlaşma bir Akit Tarafın yatırımcılarınca diğer Akit Tarafın ülkesinde ilgili kanuni hükümlere uygun olarak bu Anlaşmanın yürürlüğe girmesinden sonra yapılanlar yanında öncesinde yapılan yatırımlara da uygulanacaktır.

Madde 13

Danışmalar

Akit Tarafların temsilcileri, gerekli olduğunda, işbu Anlaşmanın uygulanmasını etkileyen herhangi bir sorun üzerinde danışmalarda bulunacaktır. Bu danışmalar Akit Taraflardan birinin teklifi üzerine diplomatik yollarla kararlaştırılacak yerde ve zamanda yapılacaktır.

Madde 14

Yürürlüğe Girme ve Yürürlük Süresi

1 — İşbu Anlaşma Akit Tarafların birbirlerine dahili anayasal işlemlerinin tamamlandığını yazılı olarak bildirmesinden 30 gün sonra yürürlüğe girecektir.

2 — İşbu Anlaşma 10 yıllık bir süre için yürürlükte kalacak ve sona ermesinden 12 ay önce Akit Taraflardan birinin Anlaşmayı sona erdirmeye niyetini yazılı olarak diğer Akit Tarafa bildirmemesi halinde daha sonra da yürürlükte kalmaya devam edecektir.

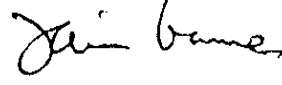
3 — İşbu Anlaşmanın sona erme tarihinden önce yapılmış yatırımlar ile ilgili olarak, işbu Anlaşmanın 1'inci Maddesinden 13'üncü Maddesine kadar olan hükümleri sona erme tarihinden itibaren 10 yıllık bir ilave süre için daha yürürlükte kalacaktır.

Bu Anlaşmayı Tarafların aşağıda imzaları olan tam yetkili temsilcileri, huzurlarında imzalamışlardır.

İki kopya olarak Lisboa 'da, 19 Subat 2001 tarihinde Portekizce Türkçe, ve İngilizce dillerinde hepsi de asıl olarak imzalanmıştır.

Yorumda farklılık olması halinde İngilizce metin esas alınacaktır.

Portekiz Cumhuriyeti Adına:



Türkiye Cumhuriyeti Adına:



PROTOKOL

Portekiz Cumhuriyeti ve Türkiye Cumhuriyeti arasında Yatırımların Karşılıklı Teşviki ve Korunması Anlaşmasının imzalanması sırasında tarafların aşağıda imzaları olan tam yetkili temsilcileri işbu Anlaşmanın tamamlayıcı bir parçasını oluşturan aşağıdaki hükümler üzerinde de anlaşmışlardır:

1 — İşbu Anlaşmanın 2'inci Maddesi ile ilgili olarak

İşbu Anlaşmanın 2'inci Maddesinin hükümleri bir Akit Tarafın yatırımcılarının diğer Akit Tarafın ülkesinde halihazırda kurmuş olduğu ve genişletmeyi arzu ettiği faaliyetlerine veya diğer sektörlerde gerçekleştirilmeyi arzu ettiği faaliyetlere de uygulanabilir olacaktır.

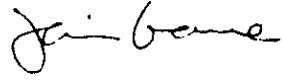
Bu gibi yatırımlar yeni yatırımlar olarak sayılacak ve bu açıdan işbu Anlaşmanın 2'inci Maddesine göre yatırımların kabulü ile ilgili kurallara uygun olarak yapılacaktır.

2 — İşbu Anlaşmanın 3'üncü Maddesi ile ilgili olarak


Akit Taraflar işbu Anlaşmanın 3'üncü Maddesinin hükümlerini, Akit Taraflardan her birinin ikamet yerlerinin veya sermayelerinin yatırıldığı yer ile ilgili olarak aynı durumda olmayan vergi mükellefleri arasında ayırım yapan vergi kanunlarının ilgili hükümlerini uygulamaması hakkı saklı olacak şekilde değerlendirecektir.

Lisboa, da 19 Subat 2001 tarihinde Portekizce, Türkçe ve İngilizce dillerinde, hepsi de asıl olarak imzalanmıştır. Yorumda farklılık halinde İngilizce metin esas alınacaktır.

Portekiz Cumhuriyeti Adına:



Türkiye Cumhuriyeti Adına:



AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF TURKEY ON THE RECIPROCAL PROMOTION AND PROTECTION OF INVESTMENTS.

The Portuguese Republic and the Republic of Turkey, hereinafter referred to as the «Contracting Parties»:

Desiring to intensify the economic co-operation between the two States;

Intending to encourage and create favourable conditions for investments made by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party on the basis of equality and mutual benefit;

Agreeing that fair and equitable treatment of investment is desirable in order to maintain a stable framework for investment and maximum effective utilisation of economic resources;

Having resolved to conclude an agreement concerning the encouragement and reciprocal protection of investments; and

have agreed as follows:

Article 1

Definitions

For the purpose of this Agreement:

1) The term «investments», in accordance with the laws and regulations of the host Contracting Party, shall mean every kind of asset invested by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party and includes, in particular, though not exclusively:

- a) Movable and immovable property as well as any other rights in rem, such as mortgages, liens, pledges and similar rights;
- b) Shares, stocks or other forms of interest in the equity of companies;
- c) Claims to money or to any performance having an economic value;
- d) Intellectual property rights such as copyrights patents, industrial designs, trade marks, technical processes, know-how and good will and any other similar rights;
- e) Concessions conferred by law, under a contract or an administrative act of a competent state authority, including concessions for prospecting, research and exploitation of natural resources;

Any alteration of the form in which assets are invested shall not affect their character as investments, provided that such a change does not contradict the laws and regulations of the relevant Contracting Party;

2) The term «returns» shall mean the amounts yielded by investments, over a given period, shall include in particular, though not exclusively, profits, dividends, interests, royalties, technical assistance fees or other forms of income related to the investments. In cases where the returns of investment, as defined above, are reinvested, the income resulting from the reinvestment shall also be considered as income related to the first investments;

3) The term «investor» means:

- a) Natural persons having the nationality of either Contracting Party, in accordance with its laws; and
- b) Legal persons, including corporations, commercial companies or other companies or associations, which have a main office in the territory of either Contracting Party and are incorporated or cons-

tituted in accordance with the law of that Contracting Party;

- 4) The term «territory» means the land territory, their territorial seas, as well as the maritime areas over which they have jurisdiction for the purposes of exploring, exploiting, conserving and managing natural resources pursuant to international law.

Article 2

Promotion and protection of investments

1 — Each Contracting Party shall promote and encourage, as far as possible, within its territory investments made by investors of the other Contracting Party and shall admit such investments into its territory in accordance with its laws and regulations on a basis not less favourable than that accorded in similar situations to investments of investors of any third State. It shall in any case accord such investments fair and equitable treatment.

2 — Investments made by investors of either Contracting Party shall enjoy full protection and security in the territory of the other Contracting Party.

Neither Contracting Party shall in any way impair by unreasonable, arbitrary or discriminatory measures the management, maintenance, use, enjoyment or disposal of investments in its territory of investors of the other Contracting Party.

Article 3

Treatment of investments

1 — Investments made by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party, as also the returns therefrom, shall be accorded treatment which is fair and equitable and not less favourable than the latter Contracting Party accords to the investments and returns of its own investors or to investors of any third State.

2 — Investors of one Contracting Party shall be accorded by the other Contracting Party, as regards the management, maintenance, use, enjoyment or disposal of their investments, treatment which is fair and equitable and not less favourable than the latter Contracting Party accords its own investors or to investors of any third State.

3 — Subject to the laws and regulations of the Contracting Parties relating to the entry, sojourn and employment of aliens, each Contracting Party undertakes to examine in good faith the request of investors of the other Contracting Party concerning the entry and stay in its territory for the purpose of investment and activities related to their investments.

Article 4

Exceptions

The provisions of articles 2 and 3 shall not be construed so as to oblige one Contracting Party to extend to the investors of the other Contracting Party the benefit of any treatment, preference or privilege which may be extended by the former Contracting Party by virtue of:

- a) Any existing or future free trade area, customs union, common market or other similar inter-

- national agreements including other forms of regional economic cooperation to which either of the Contracting Parties is or may become a Party, and
- b) Any international agreement relating wholly or mainly to taxation.

Article 5

Expropriation

1 — Investments made by investors of either Contracting Party in the territory of the other Contracting Party shall not be expropriated, nationalised or subject to any other measure with effects equivalent to expropriation or nationalisation (hereinafter referred to as expropriation) except in accordance with due process of law, for a public purpose, on a non discriminatory basis and against prompt, effective and adequate compensation.

2 — Such compensation shall amount to the market value of the expropriated investments at the time of the expropriation or immediately before the expropriation became publicly known, whichever is earlier. The compensation shall be paid without delay, shall include interest until the date of payment.

3 — The investor whose investments are expropriated, shall have the right under the laws of expropriating Contracting Party to the prompt review by a judicial or other competent authority of that Contracting Party of his or its case and of valuation of his or its investments in accordance with the principles set out in this article.

Article 6

Compensation for losses

Investors of either Contracting Party whose investments suffer losses in the territory of the other Contracting Party owing to war or armed conflict, a state of national emergency or other similar events, shall be accorded treatment no less favourable by the latter Contracting Party than that Contracting Party accords to the investments of its own investors, or to the investments of investors of any third State, whichever is more favourable, as regards any measure it adopts in relation to such losses.

Article 7

Transfers

1 — Each Contracting Party shall ensure that all payments relating to an investment in its territory of an investor of another Contracting Party may be freely transferred into and out of its territory without delay. These transfers include in particular though not exclusively:

- a) Capital and additional amounts necessary to maintain or increase the investments;
- b) The returns defined in paragraph 2, article 1, of this Agreement;
- c) Funds in service and repayment of loans in connection with investments;
- d) The proceeds obtained from the sale or from the total or partial liquidation of the investment;
- e) Any compensation or other payment referred to in articles 5 and 6 of this Agreement; or

- f) Payments made in accordance with article 8 of this Agreement;
- g) Salaries, wages and other remuneration received by the nationals of one Contracting Party who have obtained in the territory of the other Contracting Party the corresponding work permit relative to an investment;
- h) Payments arising from an investment dispute.

2 — The transfers referred to in this article shall be made at the exchange rate applicable on the date of the transfer in convertible currency.

Article 8

Subrogation

1 — If either Contracting Party or its designated agency makes any payment to one of its investors as a result of a guarantee covering non-commercial risks in respect of an investment made in the territory of the other Contracting Party, the former Contracting Party shall be surrogated to the rights of this investor, and may exercise them according to the same terms and conditions as the original holder.

2 — Disputes between a Contracting Party and an insuree shall be settled in accordance with the provisions of article 10 of this Agreement.

Article 9

Disputes between the Contracting Parties

1 — Disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation and application of this Agreement should, as far as possible, be settled by negotiations through diplomatic channels.

2 — If the Contracting Parties fail to reach such settlement within six months after the beginning of negotiations, the dispute shall, upon the request of either Contracting Party, be submitted to an arbitral tribunal, established in accordance with the provisions of this article.

3 — The Arbitral Tribunal shall be constituted *ad hoc*, as follows: Each of the Contracting Parties shall appoint one member and these two members shall propose a national of a third State, with which both Contracting Parties have diplomatic relations, as chairman to be appointed by the two Contracting Parties. The members shall be appointed within two months and the chairman shall be appointed within three months from the date on which either Contracting Party notifies the other that it wishes to submit the dispute to an arbitral tribunal.

4 — If the deadlines specified in paragraph 3 of this article are not complied with, either Contracting Party may, in the absence of any other agreement, invite the President of the International Court of Justice to make the necessary appointments. If the President is prevented from doing so, or is a national of either Contracting Party, the Vice-President shall be invited to make the necessary appointments.

If the Vice-President is also a national of either Contracting Party or if he is prevented from making the appointments for any other reason, the appointments

shall be made by the member of the Court who is next in seniority and who is not a national of either Contracting Party.

5 — The tribunal shall have three months from the date of the selection of the chairman to agree upon rules of procedure consistent with the other provisions of this Agreement. In the absence of such agreement, the tribunal shall request the President of the International Court of Justice to designate rules of procedure, taking into account generally recognised rules of international arbitral procedure.

6 — Unless otherwise agreed, all submissions shall be made and all hearings shall be completed within eight months of the date of selection of the third arbitrator, and the tribunal shall render its decision within two months after the date of the final submissions or the date of the closing of the hearings, whichever is later.

7 — The Arbitral Tribunal shall rule according to majority vote. The decisions of the tribunal shall be final and binding on both Contracting Parties. Each Contracting Party shall be responsible for the costs of its own member and of its representatives at the arbitral proceedings. Both Contracting Parties shall assume an equal share of the expenses incurred by the chairman, as well as any other expenses. The tribunal may make a different decision regarding costs.

Article 10

Disputes between a Contracting Party and an Investor of the other Contracting Party

1 — Any dispute which may arise between one Contracting Party and an investor of the other Contracting Party concerning an investment of that investor in the territory of the former Contracting Party shall be notified in writing by the investor to the recipient Contracting Party of the investment and shall, as far as possible, be settled amicably through negotiations.

2 — If such dispute cannot be settled within a period of six months from the date of request for settlement, the investor concerned may submit the dispute to:

- a) The competent court of the Contracting Party for decision; or
- b) The International Centre for the Settlement of Investment Disputes (ICSID) through conciliation or arbitration, established under the Convention on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of other States, opened for signature in Washington D. C., on March 18, 1965;
- c) An *ad hoc* court of arbitration laid down under the Arbitration Rules of Procedure of the United Nations Commission for International Trade Law;

provided that, if the investor concerned has brought the dispute before the courts of justice of the Contracting Party that is a Party to the dispute and a final award has not been rendered within one year.

3 — Neither Contracting Party shall pursue through diplomatic channels any matter referred to arbitration or refer the same matter to the dispute settlement procedure as defined in article 9, until the proceedings have

terminated or a Contracting Party has failed to abide by or to comply with the award.

4 — The arbitration shall be based on:

- a) The provisions of this Agreement;
- b) The national laws and regulations of the Contracting Party in whose territory the investment was made, including the rules relative to conflicts of law.

5 — The award shall be enforceable in accordance with the domestic law of the Contracting Party in whose territory the investment in question is situated.

Article 11

Application of other rules

If the provisions of law of either Contracting Party or obligations under international law existing at present or established hereafter between the Contracting Parties in addition to this Agreement contain a regulation, whether general or specific, entitling investments made by investors of the other Contracting Party to a treatment more favourable than is provided for by this Agreement, such provisions shall, to the extent that they are more favourable, prevail over this Agreement.

Article 12

Application of the Agreement

This Agreement shall apply to all investments, made by investors from one of the Contracting Parties in the territory of the other Contracting Party in accordance with the respective legal provisions, prior to as well as after its entry into force.

Article 13

Consultations

Representatives of the Contracting Parties shall, whenever necessary, held consultations on any matter affecting the implementation of this Agreement. These consultations shall be held on the proposal of one of the Contracting Parties at a place and a time to be agreed upon through diplomatic channels.

Article 14

Entry into force and duration

1 — This Agreement shall enter into force 30 days after the Contracting Parties notify each other in writing that their respective internal constitutional procedures have been fulfilled.

2 — This Agreement shall remain in force for a period of 10 years, and continue in force thereafter unless, 12 months before its expiration, either Contracting Party notifies the other in writing of its intention to terminate the Agreement.

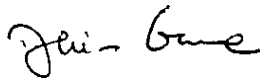
3 — In respect of investment made prior to the date of termination of this Agreement the provisions of arti-

cles 1 to 13 shall remain in force for a further period of 10 years from the date of termination of this Agreement.

In witness whereof the undersigned representatives, duly authorised thereto, have signed the present Agreement.

Done in duplicate at this day to Lisbon in 19th of February, 2001 in the Portuguese, Turkish and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Turkey:



PROTOCOL

On the occasion of the signing of the Agreement between the Portuguese Republic and the Republic of Turkey on the Reciprocal Promotion and Protection of Investments, the undersigned duly authorised to this effect, have agreed also on the following provisions, which constitute an integral part of the said Agreement:

1 — With reference to article 2 of this Agreement

The provisions of article 2 of this Agreement should be applicable when investors of one of the Contracting Parties are already established in the territory of the other Contracting Party and wish to extend their activities of to carry out activities in other sectors.

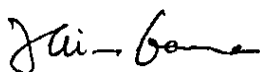
Such investments shall be considered as new ones and to, that extent, shall be made in accordance with the rules on the admission of investments, according to article 2 of this Agreement:

2 — With reference to article 3 of this Agreement

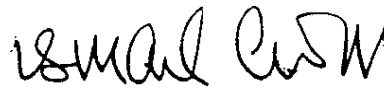
The Contracting Parties consider that, provisions of article 3 of this Agreement shall be without prejudice to the right of either Contracting Party to apply the relevant provisions of their tax law which distinguish between tax-payers who are not in the same situation with regard to their place of residence or with regard to the place where their capital is invested.

Done in Lisbon this 19th day of February 2001 in the Portuguese, Turkish and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Turkey:



Resolução da Assembleia da República n.º 23/2002

Aprova, para adesão, a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, aberta à assinatura no Panamá em 30 de Janeiro de 1975.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para adesão, a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, aberta à assinatura no Panamá em 30 de Janeiro de 1975, cujas cópias autenticadas das versões originais nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL

Os Governos dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos desejosos de concluir uma convenção sobre arbitragem comercial internacional, convieram no seguinte:

Artigo 1.º

É válido o acordo das partes em virtude do qual se obrigam a submeter a decisão arbitral às divergências que possam surgir ou que hajam surgido entre elas com relação a um negócio de natureza mercantil. O respectivo acordo constará do documento assinado pelas partes, ou de troca de cartas, telegramas ou comunicações por telex.

Artigo 2.º

A nomeação dos árbitros será feita na forma em que convierem as partes. A sua designação poderá ser delegada a um terceiro, seja este pessoa física ou jurídica. Os árbitros poderão ser nacionais ou estrangeiros.

Artigo 3.º

Na falta de acordo expresso entre as partes, a arbitragem será efectuada de acordo com as normas de procedimento da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial.

Artigo 4.º

As sentenças ou laudos arbitrais não impugnáveis segundo a lei ou as normas processuais aplicáveis terão força de sentença judicial definitiva. A sua execução ou reconhecimento poderá ser exigido da mesma maneira que a das sentenças proferidas por tribunais ordinários nacionais ou estrangeiros, segundo as leis processuais do país onde forem executadas e o que for estabelecido a tal respeito por tratados internacionais.